



Metamorfoses

Revista de Estudos Literários Luso-Afro-Brasileiros

ISSN: 0875-019, v.20, n.2, e64014, 2023

DOI: 10.35520/metamorfoses.2023.a64014

Original

[Lusofonia e lusofolia]¹

[Lusophony and Lusofolia]

Eduardo Lourenço

Organização e edição de:

Maria de Lourdes Martins de Azevedo Soares 

Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

E-mail: mdelourdesmas@gmail.com

Editor-chefe

Sofia Maria de Sousa Silva
Paulo Ricardo Braz de Sousa

Editores convidados

Gilda Santos
Marlon Augusto Barbosa

Recebido: 15/05/2024

Aceito: 20/06/2024

Como citar:

LOURENÇO, Eduardo.
[Lusofonia e lusofolia].
Revista Metamorfoses, v.20,
n.2, e64014, 2023. doi:
[https://doi.org/10.35520/
metamorfoses.2023.a64014](https://doi.org/10.35520/metamorfoses.2023.a64014)

¹ Inédito. Texto de comunicação apresentada no Colóquio de Direito Internacional Comunidade de Países de Língua Portuguesa, 1º Painel: CPLP – Do Projeto à Realidade (da Descolonização à CPLP), Universidade de Coimbra. 24/4/1997. No Acervo de Eduardo Lourenço foi localizada apenas uma versão impressa da transcrição da apresentação oral, p. 15-26, não editada e revista pelo autor para ser incluída em *Tempo Brasileiro: fascínio e miragem*, devido aos seus inúmeros compromissos e ao volume de papeis a rever na fase da organização das suas Obras Completas (OC), mas certamente devido também aos muitos problemas dessa transcrição. Entretanto, foi publicado *Tempo Brasileiro*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2018, OC, vol. IV, coordenação de Maria de Lourdes Soares, responsável por esta nota e as seguintes, e pela presente edição da versão transcrita. O título da comunicação que consta na referida transcrição, «O olhar do filósofo», na realidade corresponde a um dos dois «olhares» previstos na programação do citado Painel (o outro «olhar» é o «Olhar do empresário»). Reorganizamos trechos e períodos desconexos, corrigimos equívocos e preenchemos lacunas. O título que atribuímos, «Lusofonia e lusofolia», é o que Lourenço pensou atribuir, conforme claramente explicitou na sua intervenção.

Muito bom dia a todos.

Senhor Secretário da Comunidade [dos Países] de Língua Portuguesa,
Dr. Marcolino Moco;
Senhor Presidente de Cabo Verde;
Senhor Embaixador de São Tomé e da Guiné;
Senhores Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e Constitucional;
Senhor Presidente da Relação;
Caros Doutores Presidentes do Conselho Directivo da Faculdade de Direito de
Coimbra, Doutor Avelãs Nunes, meu caro amigo Doutor Orlando de Carvalho,
Doutor Gomes Canotilho e meu caro Presidente e amigo Castanheira Neves;

Minhas Senhoras e Meus Senhores:

É sempre um prazer para mim, e desta vez acrescido de uma honra grande, estar de novo em Coimbra, embora embaraçado por falar de assunto a que já diversas vezes me tenho referido. É um assunto que me problematiza e que eu, provavelmente, e com exagero, tento problematizar, antes que a temática da lusofonia se fixe numa espécie de discurso *passé-partout* que parece impor-se pela sua própria evidência, quando afinal se trata de algo, de uma espécie de utopia necessária a que todos nós queremos dar, através justamente da criação da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa², um corpo realmente visível. É ao mesmo tempo grato e embaraçoso voltar a um assunto que tem tido este efeito, desde a primeira vez que o abordei, de que nunca posso abordá-lo da mesma maneira, porque, ainda que quase não existindo a Comunidade, o sentido forte que lhe queremos dar, é já tão rica de leituras possíveis ou impossíveis, que torna difícil, de facto, tematizá-la.

Por outro lado, o embaraço maior é que fui convidado, por sugestão do Professor Gomes Canotilho, a apresentar em relação à temática da lusofonia e da CPLP o que ele chama de «O olhar do filósofo», grande responsabilidade, impossível responsabilidade de assumir, sobretudo se eu fosse realmente filósofo. A primeira coisa que um filósofo rejeita é que possa ser nomeado como tal. Os filósofos são raros. Há um, dois por século, e já é muito. Eu fui apenas um estudante de Filosofia nesta Universidade. Naturalmente as questões de ordem filosófica me preocupam, mas as questões de ordem filosófica são todas as questões, quaisquer que elas sejam, desde as mais simples até às mais transcendentais, logo que elas são efetivamente tematizadas, pensadas, naquilo que elas têm de mais radical. É um exercício de radicalidade. Note-se que esse exercício parece agora estar na moda. Abandonou as

² Nas referências de Eduardo Lourenço à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, o ensaísta habitualmente designa «Povos» em lugar de «Países».

grandes instâncias institucionais universitárias, onde a Filosofia se professa, e parece querer descer de novo à rua. Estão na moda, naquele país que foi para nós durante muito tempo o país de todas as modas, sobretudo das culturais, os chamados Cafés dos Filósofos, quer dizer, professores de Filosofia escolhem um ou outro café e aí se reúnem com as pessoas, um pouco como Sócrates fazia nas ruas de Atenas, e discutem sobre aquilo que interessa à humanidade, no seu sentido mais pragmático ou no seu sentido mais alto.

Estão na moda os Cafés de Filosofia. E eu aqui nesta manhã não quero instalar um Café de Filosofia, embora ache que Coimbra tenha mesmo vantagens superiores à velha Atenas porque o Ilissos era um pequeno rio, comparado com o nosso Mondego, que não é propriamente o Amazonas, mas em relação ao Ilissos, segundo os textos, é qualquer coisa, pelo menos, como o Tejo em relação ao rio existente na minha terra. Acontece que, neste capítulo, talvez as pessoas não saibam, Portugal foi muito inovador. Nos anos 50, quando eu era aqui Assistente, acontecia isso. Ia a Lisboa, com outras pessoas, de passagem, a um café chamado Palladium, na Avenida da Liberdade, onde um dos nossos genuínos pensadores, José Marinho, todos os domingos oficiava filosoficamente. Havia uma espécie de tertúlia e, como era aos domingos, essa tertúlia chamava-se a Missa do Marinho. Eu assisti à Missa do Marinho. Não podem assistir à minha, porque não posso me colocar no lugar do Marinho e hoje não é domingo.

Eu já não sei como abordar esse tema da lusofonia, tantas vezes o fiz e de maneiras diversas. Vou naturalmente ler, reler, uma parte de uma intervenção que fiz no Porto, não há muito tempo, intitulada «Imagens e Miragens da Lusofonia»³. Mas desta vez queria dar-lhe um subtítulo, que seria mesmo o título, que me apareceu na leitura de uma espécie de pequena obra-prima lusófona, em todos os sentidos, e luso-cultural, um pequeno texto daqueles que vem no *Público*, sob a rubrica «Vozes em Português», que é uma das melhores coisas que se faz, realmente, para nos habituarmos a pensar que falamos uma língua e escrevemos numa língua, a mesma língua, nos diversos cantos onde Portugal esteve presente e continua presente através dessa língua. É um delicioso texto chamado «Prostituição auditiva»⁴. Recomendo que o leiam porque é verdadeiramente uma espécie de plácito, pequeno conto. Começa assim: «O português gostava era de ouvir as pronúncias dela. Pagava notas só para a ficar escutando a noite inteira. Mariana não tinha que fazer mais nada: só divagar, devagar, sem sexo nem nexos. O tuga, militar até aos botões, só queria que a prostituta falasse». E foi nesse texto que encontrei esta coisa absolutamente admirável e que dá

³ «Imagem e miragem da lusofonia», texto da comunicação apresentada no Ciclo de Conferências «Norte-Desnorte», Porto, 1996. Publicado em Eduardo Lourenço, *A nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Lisboa: Gradiva, 1999, p. 173-182, e reimpresso em *Tempo Brasileiro*, *op.cit.*, p. 446-452.

⁴ Um dos trinta e oito contos selecionados por Mia Couto, de entre publicação dispersa por jornais e revistas, para integrar o livro *Na berma de nenhuma estrada e outros contos*, Lisboa: Caminho, 2001, p. 71-80.

o título à minha intervenção: «Lusofonia e lusofolia». Porque a cena passa-se e ele, enfim, recusa qualquer relação com a rapariga africana, deixa-lhe o dinheiro. E há esta frase de apuro extraordinário: «Ela sorria, sem entender o repuxado português, quem sabe era uma simples lusofolia».

Por que é interessante repensar, re-situar e, de algum modo, imaginar as razões por que a temática da lusofonia adquiriu esta importância de lugar, para nós portugueses e para todos os que falam a língua portuguesa, e agora de algum modo se institucionalizou no interior da temática mais vasta da Comunidade dos Povos da Língua Portuguesa? O que é esta lusofonia? Creio ter sido eu, talvez, já há muitos anos, logo no 25 de Abril, uma das pessoas que terá empregado pela primeira vez o termo lusofonia⁵. E [talvez] ainda por uma espécie de mimetismo cultural, [por viver há muitos anos] em França, e em França a temática da francofonia é uma temática oficial, há uma política oficial da francofonia. Houve mesmo um Ministro da Francofonia, encarregado de velar e de zelar pelos interesses da língua francesa, enquanto língua potencialmente universal e língua civilizada adoptada por excelência do Ocidente, a língua através da qual, efectivamente, as elites do Ocidente se civilizaram, entre aspas ou sem aspas. E para preservar esse enorme tesouro que representa para um francês a sua própria língua e que chegou a representar para as elites cultivadas do mundo, desde a América até o Japão, havia, portanto, um Ministério da Francofonia. Um dos ministros foi o historiador Alain Decaux, comparado em França com um grande contador de histórias, um grande homem de televisão que relembra periodicamente aos franceses a sua própria história, de uma maneira romanesca, um pouco como o faz o nosso grande comunicador José Hermano Saraiva em Portugal.

Não me lembro o que dizia nesse artigo sobre lusofonia. É muito curioso porque sei que quando empreguei o termo naquele momento pareceu-me que qualquer coisa como uma meditação e uma atenção a essa realidade designada por lusofonia nos dizia respeito. Era um espaço ainda não pensado, ainda não ocupado, embora já existente na realidade empírica, porque a lusofonia não é outra coisa senão o simples facto de haver uma expressão linguística da raiz portuguesa com várias presenças no mundo. Parecia-me que um dia isso seria um assunto mais importante. Naquela altura nem pensei que não havia uma homologia entre o emprego [desse termo] e aquilo que a França e os franceses põem ou designam como francofonia, idêntica àquela que podemos pôr, com todos os relativismos, no conceito de lusofonia.

A França, sobretudo a França a partir do século XVIII, de algum modo sempre se deu como missão não apenas comunicar a sua língua, mas, através da sua língua, uma espécie de missão cultural, intensa, as duas coisas indo a par uma da outra.

⁵ O texto «Repensar a lusofonia» foi publicado pouco depois do 25 de Abril, em *Opção*, nº 10, 1/7/1976. Reimpresso em *O complexo de Marx*, Lisboa: Dom Quixote, 1979, p. 26-28, e em *Tempo Brasileiro*, *op. cit.*, p. 403-405.

Nós nunca tivemos, creio eu, desde o princípio, [esta espécie de missionação cultural com] a lusofonia, [mas] na ordem empírica tudo se passou [assim]. O português difundiu-se no mundo, ficou lá, onde os portugueses chegaram, mais ou menos, mas não como uma determinação qualquer pensada, organizada, digamos, de uma colonização do tipo linguístico, do tipo cultural. Os portugueses, na sua hora solar de povo que teve uma grande acção no mundo, levavam consigo uma grande intenção [que] era efetivamente de outra ordem. Além da ordem óbvia, naturalmente, do comércio, do negócio, da submissão e mesmo da violência que tudo isso implica, levavam uma ideia de difundir-se ou difundir uma visão de mundo que tinha no Cristianismo o seu centro.

Ora, hoje a lusofonia não tem, não pode ter esse tipo de ambições, nem se ligar propriamente a outra temática. Por que é que ela surge ou porque é que ela se nos impõe? Por que é que esse conceito se nos impõe? O que há por trás, que *arrière-pensée*, como dizem os franceses, pomos, sobretudo nós, portugueses, nessa pregação, nessa vontade de afirmar com força, num mundo que é o nosso, um universo que é o universo da lusofonia?

Num primeiro momento, eu creio que a ideia aparece para preencher qualquer coisa que de repente tinha já desaparecido no nosso horizonte e a que mais tarde dediquei algumas considerações sob o título de «Ressaca Imperial». Há vinte e poucos anos Portugal perdeu não o seu imaginário, mas um espaço de colonização de longos séculos, mais ou menos forte, e ficou reduzido ao seu rectângulo do século XV, com algumas ilhas. E era de algum modo necessário preencher, imaginar [o novo espaço lusófono como uma espécie de compensação para o antigo espaço imperial perdido], não por razões [neo-coloniais], embora não me culpe, não me sinta culpado de pensar que isso possa entrar numa lógica subtil de neo-colonialismo cultural. Mas era outra coisa, era preciso recuperar, de uma outra maneira, essa realidade perdida. Não era apenas uma realidade da ordem da potência, do domínio, verdadeiro ou ilusório, era efectivamente uma presença, uma comunicação com outros povos, uma difusão de uma língua e, através dela, de uma cultura, e, de repente, [não] podíamos imaginar que esse mundo, naquilo que ele tem para nós de importância única, desapareceria, sem deixar rasto. Por conseguinte, o espaço da lusofonia preencheria simbolicamente esse império perdido na realidade, ou ganho pelos povos que efectivamente e justamente quiseram recuperar a sua autonomia e a sua independência. [Surgiu então a ideia de que] qualquer coisa deveria ser preservada e daí começa a nascer um pouco o que nós podemos [denominar] o discurso ideológico da lusofonia, que penso que é qualquer coisa mais, porque se fosse apenas isso, não valeria a pena, e não seria eu que o defenderia diante de vós.

Por outro lado, a ideia tomou ainda maior força quando, além da ressaca imperial, que os portugueses mal sentiram – nós somos como os patos bravos, a água desliza facilmente sobre as nossas asas –, começa a aparecer, sobretudo passados dez anos, o

que se pode chamar a ressaca da mundialização. Quer dizer, velhas ou novas culturas, mas mesmo velhas como a nossa, este velho Portugal e a sua cultura, [vêm-se] obrigados, pelas exigências da história e pelas suas conveniências reais na ordem política, na ordem económica e em todas as ordens, a entrar na Europa, onde ele afinal sempre esteve, mas de uma maneira diferente da maioria de todos os outros povos, sobretudo os mais do Ocidente.

No meio de nós, inconscientemente, instalou-se o pânico de que, desta vez, não era um império onírico e real ao mesmo tempo que se tinha separado de nós, começado a viver uma outra vida própria e os laços se podiam estender entre quem tinha estado próximo, mesmo em relação de dependência política ou outra; [o pânico] de que, de algum modo, [quando entrámos] nesta Europa por que tanto ansiámos, por que todas as elites portuguesas do século XIX ansiaram entrar, quando chegámos à mesa dos ricos, nós percebermos, não que seríamos os últimos da mesa – o que, evangelicamente, seria magnífico porque isso queria dizer promessa de sermos os primeiros –, mas que essa Europa não era bem aquele lugar [ansiado], não era o lugar verdadeiro de Portugal, onde Portugal se sentia confortado naquilo que ele tem de mais utópico, de mais oniricamente utópico, essa espécie de «quinto império» de que não abdica nem em sonhos, mesmo quando a realidade o desmente todos os dias. Então também aí a ideia de lusofonia ganha uma força maior do que aquela puramente [relacionada à perda do nosso famoso ex-império] – não direi ressentida, embora possa haver [nela] qualquer grau de ressentimento.

É curioso perceber que o significado desta nossa fixação, deste nosso desejo de querer construir uma esfera, a esfera lusófona, não tem uma leitura unitária, nem a pode ter. Nós temos de aceitar que seja assim, que o discurso da lusofonia, inclusive o meu, não é o mesmo quando estou em Cabo Verde, não é o mesmo quando estou em Moçambique, não é o mesmo quando estou no Brasil, muito menos não é em Macau, onde [estivemos por mais de quatrocentos] anos, e onde tive a tristeza de verificar que não é verdadeiramente um espaço lusófono, no sentido primeiro da palavra, onde a presença da língua portuguesa é forte ou está assegurada. [Macau] é um espaço lusófono de outra maneira. E aqui se introduz uma segunda conotação. Não é possível pensá-lo evidentemente sem a referência da língua, e a referência da língua lá está, o *luso* para o assumir. É necessário, mas não é suficiente, pois assim essa esfera ficaria muito reduzida, e mesmo estilhaçada por dentro, se na lusofonia não houver o conteúdo cultural da multiplicidade de culturas que, durante séculos, foi criada na nossa relação com os outros povos através da história. Então a lusofonia [concebida] só em termos de língua não teria possivelmente pernas para andar ou língua para falar. E de qualquer modo não é possível dizê-la da mesma maneira quando se está nos Açores, quando se está em São Tomé, quando se está nos outros sítios e provavelmente quando se está em Timor, onde infelizmente nunca estive.

E essa é a grande questão! Como se sabe, a institucionalização da agora importante, e para nós capital, Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa veio ao mundo com dificuldades, cheia de reticências, e essas dificuldades e essas reticências não se evaporam de um dia para o outro. Estão no interior dessa utopia que nós queremos que seja uma realidade. Devemos ter realmente consciência disso. E por quê? Porque, efectivamente, o mundo da lusofonia em sentido próprio, que dizer, o da fala portuguesa, ou o enraizamento da fala portuguesa, é plural, mas é mais plural ainda o mundo das culturas que se exprimem em língua portuguesa. Uma língua é o sinal mais evidente da identidade de cada um de nós, mas afinal de contas, vendo bem, não colectivamente, mas a título individual, todos nós podemos mudar de língua e adquirir uma outra língua e adquirir de algum modo uma outra alma, mas provavelmente o que nós não podemos mudar é o que nós chamamos cultura, quer dizer, o conjunto de sentimentos, de valores, de afectos, de vivência da terra, do local, do espaço materno ou maternal onde estamos enraizados. E esses espaços são naturalmente múltiplos.

Quando ouço Malangatana contar-me uma história na «língua» da sua tribo, mas sobretudo cantá-la, e ao mesmo tempo passar a contar uma história portuguesa ou sobre portugueses, ele está ao mesmo em dois sítios diferentes, em duas partes diferentes, e é preciso que os portugueses saibam que efectivamente o espaço da lusofonia, o mundo da lusofonia, comporta essa pluralidade cultural intrínseca, que é para cada um dos povos que se exprimem a sua verdadeira identidade. A língua ajuda naturalmente à comunicação, e principalmente à comunicação pragmática, ajuda a parte mais educada de cada um dos nossos países a entender-se, a comunicar-se, quer na ordem das grandes tradições orais ou literárias das respectivas culturas, quer na ordem técnica, sendo realmente o português uma língua com um grande capital de vocabulário, de interiorização, de terminologia técnica, nossa ou herdada, ou copiada dos modelos estrangeiros, mas forte, que provavelmente a maioria dos povos de língua portuguesa ainda não têm. Portanto, é de facto uma força, mas o que importa é pensar que nós devemos viver essa ideia de lusofonia e de Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa como qualquer coisa, como dizem os franceses, *ne va pas de soi*. Mas é nisso que consiste esta espécie de aposta em levar para a frente uma Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa que além da facilidade comunicacional dada pelo uso da mesma língua participe em [batalhas culturais].

Guerras no sentido tradicional, sobretudo aquelas mais apocalípticas, parecem ter desaparecido do horizonte, [mas] infelizmente não é verdade. [Há guerras] em toda parte, e em particular – os nossos irmãos africanos que estão aqui o sabem – no grande continente africano. A verdade é que o nosso mundo é um mundo onde se trava uma guerra, uma das guerras mais subtis, mais ferozes e mais implacáveis que nós conhecemos, que é a guerra cultural, a guerra comunicacional. E só quem dispõe efectivamente de uma espécie de armadura simbólica, que é a da cultura e da língua,

as duas misturadas, pode pensar que vai subsistir num mundo cuja tendência é a de ser dominado por uma espécie de língua universal, de que todas as outras línguas são mais ou menos reflexos ou subsidiárias.

Recentemente, no México, reuniu-se um congresso sobre a língua espanhola. Já agora é interessante reparar que, fora da França, essa ideia de uma batalha por um espaço simbólico e linguístico próprio não se impõe a outros povos que tiveram impérios e foram imperialistas muito mais fortemente, ou mais seriamente, que nós o fomos, com outro estilo. Não existe o conceito de anglofonia, seria redundante. Também não existe – e esse seria mais interessante –, curiosamente, o desse povo que está aqui ao nosso lado como se estivesse num planeta Marte, que é a Espanha. Também não há a hispanofonia. Houve um tempo, no tempo da ditadura, em que havia a ideia de *hispanidad*, conceito um pouco suspeito de imperialismo, e de ideologia ainda mais suspeita. Mas há uma força enorme nessa língua que hoje é efectivamente a Espanha, que durante tantos séculos arrastou um complexo de inferioridade cultural em relação às grandes nações que a sucederam como a Ordem do Império aqui no Ocidente, quer dizer, à Inglaterra, à França e à Alemanha. A Espanha hoje não tem, quase sobre assunto nenhum, nenhuma espécie de complexo de inferioridade, sobretudo na língua.

Nós dizemos com muita força e com muita convicção, para que o seja verdadeiramente exacto, que nós somos duzentos milhões de falantes de língua portuguesa. Maravilhoso, e é um milagre, e é extraordinário que o seja assim, a partir de uma semente tão pequena como a semente que, [conforme] o Evangelho, deu a grande árvore. Mas na Espanha são quase quatrocentos milhões de falantes. E curiosamente, embora o estilo imperial e de colonização da Espanha tenha sido o estilo violento, fortíssimo, poderoso, dominando culturas que eram culturas extremamente complexas e que fazem ainda hoje parte do mundo hispânico, mas que conservam a sua autonomia e mesmo a sua própria língua, como no México e no Peru, apesar de tudo, [nessas culturas] a Espanha e o espanhol têm uma presença, digamos, conquistadora. Nós não fomos conquistadores [nesse estilo nos sítios onde chegamos]. Também era difícil, éramos um milhão e meio de criaturas a querer ocupar espaços muitíssimo superiores ao nosso. As coisas fizeram-se de outra maneira, com mais suavidade, sobretudo no Brasil. O Brasil foi-se fazendo, foi-se fazendo a solo, durante três séculos, porque não havia lá ouro que interessasse a povos mais guerreiros, mais poderosos do que nós naquela época, como a Inglaterra, mas com o açúcar já a Holanda naturalmente se precipitou sobre o Brasil. Em todo caso [lá] ficou a nossa língua.

Os espanhóis reuniram-se para afirmar justamente o seu lugar nesta batalha cultural por posse de coisa nenhuma, [pois] não se trata de riquezas da ordem material, não se trata de domínios de ordem guerreira. Trata-se da salvaguarda do que é mais importante do que tudo isso, que é de facto [a] de uma cultura, de uma

esfera simbólica de uma língua, de uma força que se afirma no mundo, [no qual] quatro ou cinco grandes espaços culturais disputam a liderança cultural. [Até hoje] disputavam-na em termos ainda inocentes e suaves. Hoje, naturalmente com elementos mais sofisticados, através da língua. A língua não é um instrumento neutro, as culturas não são realidades neutras. São a realidade de cada uma das culturas de cada um dos povos que a falam. São uma força, são um espírito, e ou se perde ou se ganha, ou se permanece e se garante essa herança ou ela desaparece numa espécie de internet que não tem nenhum sujeito, a não ser provavelmente o sujeito que fala inglês.

Ora é, entre outras coisas, para que também nós tenhamos o nosso lugar, a nossa palavra a dizer no meio dessa palavra que tende para a universalidade abstrata mas [também] para a mundialização concreta da subordinação do outro, que é necessário que a lusofonia, mesmo se no início nasceu como ideia compensatória, e sobretudo a Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa exista efetivamente como lugar de troca de culturas, de saberes, de afetos, e que se reconheça de algum modo uma unidade no meio da diversidade que nos cerca.

Se a Espanha proclama, como proclamou no México, com o assentimento do García Márquez ou do Cela, que efetivamente está numa hora rica do seu destino, que o espanhol tem à sua frente um grande futuro – há mesmo quem pense que provavelmente daqui a cem anos a orgulhosa América terá de falar a língua daqueles mexicanos a quem roubaram o Texas; se a Espanha está nessa hora, nós não temos ainda essa vitalidade, a não ser como um sonho, a não ser como um projeto, porque o nosso caso é mais complexo do que o da Espanha. O paradoxo é o seguinte: a Espanha não impõe a língua nacional no interior do espaço espanhol propriamente dito. Os galegos recusam-se a falar castelhano, os catalães não querem falar castelhano. A unidade deles vem-lhe de algum modo de fora dessa esfera hispânica. A nossa é ao contrário. Naturalmente salvo uma diferença de tom, de tonalidade entre o Porto e o Algarve, há uma unidade profunda, quer na ordem linguística, quer na ordem cultural deste país. Mas o nosso caso é um caso singular, porque na verdade, segundo a frase famosa, muito comentada, e nem sempre bem, a nossa alma se repartiu pelo mundo, se fez diversa, se fez múltipla, e não devemos viver essa multiplicidade como uma fraqueza, porque não se trata de relações de força, mas devemos vivê-la efetivamente como uma grande riqueza. O que acontece é que, nesta esfera lusófona, há uma espécie de desequilíbrio glorioso, de desequilíbrio famoso, que está nas raízes das nossas dificuldades em nos concertarmos em agir, [dificuldades] mais ou menos fundamentais, que dizem respeito à defesa da nossa língua, das nossas culturas, do nosso lugar no mundo. [Na esfera lusófona] há um país chamado Brasil, e esse país sozinho tem mais falantes de língua portuguesa. Além disso é, efetivamente, um país do futuro, e um geógrafo francês dizia malicioso: «e se-lo-á sempre». Não. Eu penso que o Brasil é um país do presente, e de um presente extremamente afirmativo, como os outros todos que fazem parte da Comunidade dos Povos de língua Portuguesa,

mas mais do que eles, até porque os outros ainda estão saindo agora de grandes dificuldades da sua definição histórico-política. O Brasil é uma espécie de esfera autónoma, quase não tem exterior. Não precisa de ter exterior porque tem tudo dentro, desde a língua que efetivamente foi para lá, da cultura que foi para lá, e que lá se combinou de maneira extraordinária com aquela de ordem oral que veio da África, com alguma autóctone, enfim muito perdida realmente no tempo, ou então guetizada na Amazônia, aquilo que dela resta.

O Brasil é de facto, por um lado, o espaço de grande glorificação da expansão da língua portuguesa no mundo, e, por outro lado, um espaço que os portugueses conseguem dificilmente pensar, e pensam que unicamente o laço linguístico significa já uma identificação, uma identidade de pontos de vista. [Penso] que quem pôs logo o dedo bem na ferida – é uma ferida, se for reconhecida é uma ferida que pode ser útil – foi o próprio Presidente do Brasil⁶, que é um sociólogo: é preciso ver bem que o uso comum da língua não significa a unidade cultural ou as unidades culturais. E está certo, é assim mesmo. Cada um dos espaços onde a língua portuguesa está presente é um espaço que tem a sua identidade, que tem as suas raízes culturais mais ou menos misturadas com as nossas. É esse espaço ao mesmo tempo uno e plural que é preciso aceitar como ele é, para que não construamos sobre ele sonhos impossíveis, projectos de afirmação no mundo do tipo colectivo e sobretudo em ordens tão diferentes como são a ordem económica ou a ordem política propriamente dita. Pensamos – sobretudo os portugueses precisam muito pensar – que o mundo inteiro está sempre pensando em nós, que sobretudo o Brasil está sempre pensando em nós, [quando] nós é que estamos sempre pensando no Brasil. Mas pensando-o como o lugar, como o grande espaço da lusofonia onde Portugal não está perdido, porque foi ali que ele mais se encontrou, está lá todo dentro, e ainda sobra alguma coisa.

E, por conseguinte, nós sabemos – e este Colóquio é um sinal disso –, e devemos saber cada vez mais, que não há um centro da lusofonia, um centro individual só porque este é o sítio, efetivamente, onde a língua, tal como nós a falamos hoje, se constituiu naquilo que ela é hoje, herdada da latinidade, mas que há vários centros e que essa descentração é uma riqueza para a Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa. E se me atrevesse ainda a me fazer de filósofo, podia dizer, para terminar empregando uma célebre imagem de Pascal, que o universo da lusofonia é um universo onde todo o essencial está no centro, o centro está em toda a parte e a circunferência está em parte nenhuma.

Muito obrigado.

⁶ Fernando Henrique Cardoso, Presidente do Brasil (1995-2003) quando foi criada a CPLP (1996), durante a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo, em Lisboa.

REFERÊNCIAS

COUTO, Mia. *Na berma de nenhuma estrada e outros contos*. Lisboa: Caminho, 2001.

LOURENÇO, Eduardo. Imagem e miragem da lusofonia. *In*: LOURENÇO, Eduardo. *A nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*. Lisboa: Gradiva, 1999. p. 173-182.

LOURENÇO, Eduardo. *Obras Completas: Tempo brasileiro. Obras Completas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2019. v. IV.